



SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	2
2. Forma de contratação	6
3. Requisitos do fornecedor	10
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	16
5. Modelo de gestão	17
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	17
7. Obrigações da Contratada	18
8. Regime de execução	18
9. Condições de recebimento do objeto	22
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual.....	23
11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR	23
12. Forma de pagamento	23
13. Condições de reajuste	24
14. Garantia contratual.....	24
15. Plano de contratações.....	25
16. Responsável pela elaboração do TR	25
ANEXO I	27
1. Especificações técnicas do objeto	27
2. Critérios e práticas de sustentabilidade.....	31
ANEXO II.....	32
1. Valor estimado da contratação.....	32
2. Subgrupos de serviços de fornecimento ou reparo de partes/peças.....	34
3. Pesquisa de preços	40
ANEXO III.....	45
ANEXO IV	46





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

TERMO DE REFERÊNCIA 2/2025 - SPOL

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento ou reparo de peças, de portais detectores de metal e de equipamentos de inspeção por raio X, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. Até janeiro de 2023, o acesso às dependências do Senado Federal se fazia em conformidade com o Ato do Primeiro Secretário nº 11/2008, que instituiu a vistoria prévia de pessoas e objetos pelos equipamentos detectores de metais e raio X, com exceção dos Senadores e Deputados Federais, dos Diretores e Chefes de Gabinete do Senado Federal e dos Servidores do Senado Federal, identificados com o crachá funcional. A partir do Ato do Primeiro Secretário nº 11/2010, foram incluídos na exceção os servidores da Câmara dos Deputados.

1.2.1.2. Contudo, diante de fato notório de grande repercussão nacional ocorrido em 8 de janeiro de 2023, consubstanciado em atos de violência e de depredação contra o Palácio do Congresso Nacional, desencadeou-se a necessidade de adequações nos esquemas de segurança então vigentes para a prevenção de novas ameaças.

1.2.1.3. Neste contexto, foi editado o Ato do Primeiro Secretário nº 1/2023, que revogou as dispensas de vistoria prévia mediante equipamentos detectores de metais e por raios X, mantendo-se excetuados do procedimento tão somente os parlamentares.

1.2.1.4. Atualmente, estão em operação 19 pórticos detectores de metal para a inspeção pessoal da marca Detronix, modelo MettusHS+, 1 pórtico da marca Rapiscan, modelo Metor 200, bem como 13 aparelhos de inspeção de volumes por radiação ionizante (raio X) da marca Nuctech, modelo CX6040BI.



**SENADO FEDERAL****Secretaria de Polícia do Senado Federal**

1.2.1.5. A manutenção destes 13 equipamentos de raio X e de 11 pórticos detectores de metal da Detronix estava a cargo da empresa TECHSCAN¹, por força do contrato nº 32/2020², vencido em 03/03/2025. Os demais pórticos Detronix instalados (e até mesmo os 9 pórticos estocados) e o de modelo Rapiscan não estavam contemplados por contrato de manutenção. Em face dessa circunstância, configurada a vulnerabilidade do esquema de segurança da Casa diante da possibilidade da inoperância de algum dos equipamentos empregados na inspeção, urge a contratação de nova prestadora de serviços de manutenção, a fim de assegurar a disponibilidade operacional de todos os equipamentos, nos principais acessos do Senado.

1.2.1.6. Ora, os pórticos detectores de metal Detronix foram adquiridos em total de 30 unidades, por meio do contrato nº 113/2015³, em decorrência de adesão à Ata de Registro de Preços nº 4B/2015 do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ), pelo preço unitário de R\$ 11.795,00 (à época). Forçoso notar que, em cerca de 10 anos, as 19 unidades efetivamente instaladas continuam em perfeita operação. Há 1 unidade usada em depósito, com defeito (com a bateria descarregada, sem cabo de força e com o parafuso de uma das antenas faltante). Outras 8 unidades novas (sem uso) encontram-se estocadas para o emprego em eventos e na potencial ampliação do esquema de segurança. Outros 2 aparelhos foram baixados por conta de danos irreversíveis e aguardam em depósito para leilão. Encontra-se em operação ainda 1 aparelho mais antigo, adquirido pelo contrato nº 61/2006⁴, que, devido à sua altura ligeiramente menor, foi selecionado para uso exclusivo nas Galerias (pé direito mais baixo). Com a reconfiguração do esquema de segurança pertinente ao grande projeto de renovação do sistema integrado de controle de acesso com circuito fechado de TV (SCA+CFTV), espera-se que permaneçam instalados o total de 19 portais Detronix nos principais acessos da Casa e o único portal Rapiscan nas Galerias.

1.2.1.7. Já os equipamentos de inspeção por raio X foram adquiridos em total de 13 unidades, por meio do contrato 94/2017⁵, pelo preço unitário de R\$ 66.000,00 (à época). Em 7 anos de operação, todos os equipamentos continuam funcionais, ainda que com representativos custos de manutenção. Neste caso, a reestruturação do esquema de segurança sugere que estejam em operação até 17 equipamentos de raio X nos principais acessos, tornando necessária a concomitante aquisição de mais 4 unidades⁶. Como o processo de aquisição para essas 4 unidades ainda se encontra em

¹ TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇOS LTDA. CNPJ 06.083.148/0001-13.

² Documento 00100.024288/2020-31, celebrado no âmbito do processo 00200.002202/2019-58, com vigência prorrogada até 03/03/2025 (quarto termo aditivo), sem possibilidade de nova prorrogação.

³ Processo 00200.012119/2014-82, documento 00100.159182/2015-91, assinatura em 12/11/2015.

⁴ Assinado em 09/06/2006, processo 00200.018270/2001-18, com valor unitário de R\$ 13.766,91, à época.

⁵ Processo 00200.006942/2017-00, documento 00100.167028/2017-54, assinatura em 03/11/2017.

⁶ Processo 00200.021699/2024-71, em fase de instrução.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

instrução, impossível prever o modelo que será oferecido na proposta vencedora, de modo que os novos equipamentos não entrarão automaticamente no escopo da presente contratação.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.2.1. O quantitativo previsto no termo de referência para a contratação do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade da Administração, considerando os aspectos seguintes:

1.2.2.1.1. Item 1: O item de manutenção de equipamentos de raio X é cotado por unidade de equipamento a ser submetido ao serviço continuado de vigência anual, com execução obrigatória de manutenções preventivas trimestrais e corretivas sob demanda, com fornecimento obrigatório de insumos de consumo corriqueiro previamente relacionados, garantindo-se a disponibilidade operacional dos equipamentos. A contratada receberá mensalmente pela disponibilidade do serviço aos equipamentos efetivamente instalados e incluídos no cronograma de manutenção⁷, o que se estima, segundo a realidade atual, em **13 (treze) unidades**, podendo haver supressão em caso de pane irreversível em algum equipamento, ou na hipótese (remota) de enxugamento do esquema de segurança, reduzindo-se os acessos submetidos a controle. O documento que registra a quantidade contratada efetivamente em execução é o Cronograma de Manutenção, aprovado pelo gestor.

1.2.2.1.2. Item 2: O item de fornecimento (com instalação) ou reparo de peças é unitário, pois constitui reserva de valor destinada à disponibilização de peças e componentes para a efetiva realização dos serviços contemplados pelo item 1, com limite definido pelo valor depreciado dos equipamentos.

1.2.2.1.3. Item 3: O item de manutenção de portais detectores de metal é cotado por unidade de equipamento a ser submetido ao serviço continuado de vigência anual, com execução obrigatória de manutenções preventivas uma vez ao ano e de corretivas sob demanda, garantindo-se a disponibilidade operacional dos equipamentos. A contratada receberá mensalmente pela disponibilidade do serviço aos equipamentos efetivamente instalados e incluídos no cronograma de manutenção, o que se estima, segundo a realidade atual, em **19 (dezenove) unidades**, já que apenas 19 aparelhos se encontram em efetiva operação e constituem o esquema de segurança já implantado, mesmo considerando o plano de expansão inerente ao grande projeto de renovação do sistema integrado de controle de acesso com circuito fechado de TV. Considera-se a mesma hipótese de supressão discutida no item 1.2.2.1.1, bem como a necessidade de inclusão individualizada no Cronograma de Manutenção para que o equipamento integre o escopo da contratação.

⁷ O cronograma de manutenção aprovado pelo gestor é o documento que comprova sua decisão de incluir ou excluir equipamentos do escopo do serviço, incrementando ou reduzindo proporcionalmente a remuneração mensal devida à contratada.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

1.2.2.1.4. Item 4: O item de fornecimento (com instalação) ou reparo de peças é unitário, pois constitui reserva de valor destinada à disponibilização de peças e componentes para a efetiva realização dos serviços contemplados pelo item 3, com limite definido pelo valor depreciado dos equipamentos.

1.2.2.1.5. Item 5: O item de manutenção de portais detectores de metal é cotado por unidade de equipamento a ser submetido ao serviço continuado de vigência anual, com execução obrigatória de manutenção preventiva uma vez ao ano e corretivas sob demanda, garantindo-se a disponibilidade operacional dos equipamentos. Como o Senado dispõe de apenas **1 (um) equipamento** da marca Rapiscan, essa será a quantidade definida em contrato. Mesmo assim, a contratada receberá mensalmente pela disponibilidade do serviço aos equipamentos efetivamente instalados e incluídos no cronograma de manutenção, cessando-se os pagamentos e extinguindo-se o contrato em caso de baixa definitiva do equipamento.

1.2.2.1.6. Item 6: O item de fornecimento (com instalação) ou reparo de peças é unitário, pois constitui reserva de valor destinada à disponibilização de peças e componentes para a efetiva realização dos serviços contemplados pelo item 5, com limite definido pelo valor depreciado do equipamento.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

1.2.3.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo o atendimento de demanda do Serviço de Policiamento Interno (SERPOLI) e encontra respaldo na necessidade de substituir o atual contrato de manutenção, que não pode mais ser prorrogado. Neste sentido, importa consignar que a decisão de contratar está pautada pela obtenção da melhor relação entre qualidade e preço, bem como pela garantia de que os serviços contratados cumprirão integralmente as finalidades para as quais foram destinados, contribuindo de forma direta para a segurança e a proteção da instituição.

1.2.3.2. Para essa finalidade, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação do objeto em tela é a que melhor atende à Administração, pois atende a uma demanda fundamental para o cumprimento das atividades de segurança e policiamento legislativo. Isso inclui o serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento ou reparo de peças, para os equipamentos de inspeção de volumes e de inspeção pessoal instalados nos acessos do CASF, o que se revela imprescindível para garantir a proteção de parlamentares, servidores, visitantes e do patrimônio público, assegurando um ambiente seguro e ordeiro para o exercício das funções legislativas.

1.2.3.3. Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que são mantidas praticamente as mesmas condições de fornecimento previstas no contrato de manutenção que recentemente se encerrou, com melhorias pontuais no detalhamento das exigências de manutenções preventivas e na previsão de um portfólio de peças a serem fornecidas ou reparadas sob demanda.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.4.1. A contratação proposta substituirá e complementarará o contrato de manutenção nº 32/2020⁸, com vigência prorrogada até 03/03/2025 (quarto termo aditivo), sem possibilidade de nova prorrogação.

Nº Contrato	Objeto	Término da vigência
32/2020 (processo nº 00200.002202/2019-58)	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de inspeção de bagagens, por raio-X, da marca Nuctech, modelo CX6040BI, e em equipamentos dectetores de metais, tipo pórticos, da marca Detronix, modelo MettusHS+, com fornecimento de peças de reposição, à medida que houver necessidade, instalados nos acessos de visitantes as dependências internas do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	03/03/2025

1.2.4.2. Uma importante melhoria proposta foi a previsão de manutenção preventiva uma vez ao ano, em vez de trimestral, nos casos dos itens 3 e 5. Constatou-se que a realização de quatro eventos de manutenção preventiva ao longo do ano para os portais detectores de metal é desnecessária, já que os equipamentos não possuem partes consumíveis ou partes móveis sujeitas a desgaste. A opinião foi formada muito em função de parecer do próprio fabricante, que assegurou a suficiência de uma preventiva anual para a adequada conservação de seus equipamentos.

1.2.4.3. O aumento substancial das quantidades e valores se deve à necessidade de cobrir o restante do parque de portais detectores, já que o contrato anterior previa serviços para apenas 11 aparelhos dos 20 instalados (19 Detronix e 1 Rapiscan), o que agora se busca corrigir.

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

⁸ Documento 00100.024288/2020-31, celebrado no âmbito do processo 00200.002202/2019-58.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.3.2. A não adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação dos serviços de manutenção de portais detectores de metal e equipamentos de inspeção por raio X no Senado Federal justifica-se pelo não enquadramento da demanda nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

2.3.3. Inicialmente, a contratação não se configura como aquisição frequente e reiterada de bens ou serviços independentes, mas sim como um serviço continuado, essencial para garantir a disponibilidade operacional dos equipamentos de inspeção, havendo a necessidade de um vínculo contratual estável com a empresa especializada. Essa continuidade assegura a responsabilização da contratada pela manutenção regular dos equipamentos, mitigando riscos operacionais e garantindo a prestação ininterrupta dos serviços de segurança.

2.3.4. Além disso, não se verifica a conveniência de entregas parceladas ou de contratação por unidade de medida, pois os serviços prestados não se limitam à execução pontual, mas envolvem planejamento, monitoramento e intervenções técnicas regulares, essenciais para a eficácia da segurança institucional.

2.3.5. Da mesma forma, não se trata de aquisição centralizada para múltiplos órgãos nem de um serviço cuja demanda seja incerta ou indeterminável, uma vez que o parque instalado é previamente conhecido e a necessidade de manutenção, notadamente a preventiva, é contínua e previsível.

2.3.6. Portanto, diante da previsibilidade da demanda e da necessidade de manutenção regular dos equipamentos, a modalidade de contratação por vínculo continuado se revela mais adequada do que a adoção do SRP, garantindo a eficiência e a segurança da operação.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Será adotado o critério de adjudicação “por grupo”, tendo em vista a existência dos seguintes fatores técnicos e econômicos que justificam o agrupamento dos itens:

-Grupos 1, 2 e 3:

- **Critérios técnicos:** Os serviços de manutenção de equipamentos de inspeção por raio X e de portais detectores de metal possuem um considerável grau de complexidade técnica e exigem conhecimento especializado, e o fornecimento (com instalação) ou reparo de peças e componentes depende de um diagnóstico adequado do problema a ser resolvido. Assim, a contratação de uma única empresa para a execução conjunta dos serviços de manutenção preventiva e corretiva e dos serviços de fornecimento ou reparo de peças e componentes (podendo ser um prestador diferente para cada categoria/grupo) é essencial para garantir a coerência, a padronização e a continuidade dos serviços. A fragmentação da prestação desses serviços entre diferentes contratadas (por itens) poderia gerar conflitos na atribuição de responsabilidades em caso de falhas e acidentes. Portanto, o agrupamento dos itens relativos à manutenção e ao serviço de fornecimento (com instalação) ou reparo de partes/peças (GRUPO 1 - para equipamentos de inspeção por raio X; GRUPO 2 - para portais detectores de metal da marca Detronix; e GRUPO 3 - para o portal da marca Rapiscan) é uma medida de segurança e de eficiência, pois permite um acompanhamento integral das atividades e facilita a fiscalização da execução contratual. Ora, quando diferentes empresas são responsáveis por aspectos distintos da conservação de um mesmo equipamento (manutenção e peças), há uma considerável dificuldade em identificar e atribuir responsabilidades em caso de problemas técnicos. Esse cenário poderia gerar lacunas na identificação de falhas e na aplicação de medidas corretivas, enfraquecendo a segurança dos procedimentos de inspeção.
- **Critérios econômicos:** Constatada a existência no mercado de fornecedores de serviços de manutenção que são os próprios fabricantes dos equipamentos, bem como de fornecedores capacitados para executar a manutenção em equipamentos de marcas diversas, conveniente se faz o agrupamento dos itens de serviços e fornecimentos por marca de equipamento, permitindo a participação no certame de fornecedores fabricantes (que possivelmente se interessem por disputar apenas um grupo específico), sem descuidar da possibilidade de participação de fornecedores mais generalistas (que possam se interessar por mais de um grupo), o que evidentemente favorece a competitividade e a obtenção de melhores propostas.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não será permitida a subcontratação.

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.8.2. Em que pese haver itens/grupos com valor estimado acima de R\$ 80.000,00 (**Grupos 1 e 2**), seu objeto não é a aquisição de bens de natureza divisível, pois trata-se de contratação de serviço continuado.

2.8.3. Quanto ao **Grupo 3**, considera-se que, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública deve conceder tratamento diferenciado e simplificado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), o que inclui, segundo o inciso I, realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME e EPP nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Ora, a pesquisa de preço revelou valor estimado para o **Grupo 3** bem inferior ao limite normativo, induzindo, a princípio, a aplicação dessa exclusividade. Contudo, persistem circunstâncias justificativas das hipóteses expressamente previstas no art. 49 da mesma norma para dispensa do tratamento diferenciado.

2.8.3.1. O inciso III do art. 49 autoriza a não aplicação do tratamento diferenciado quando este não for vantajoso para a Administração Pública **ou** representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Compreende-se que, de fato, o **Grupo 3** refere-se ao serviço prestado ao único equipamento da marca RAPISCAN ainda em funcionamento, que opera de modo independente dos demais pórticos detectores, sem qualquer tipo de integração sistemática. Assim, não se vislumbra “prejuízo ao conjunto ou complexo” na hipótese de aplicação do tratamento diferenciado. Não obstante, entende-se que a licitação com exclusividade para ME e EPP oferece um quadro desvantajoso para a Administração, não porque a eventual vencedora não seria capaz de prestar um serviço adequado, mas muito mais porque a efetividade do processo licitatório restaria





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

comprometida, em virtude de possível cenário de licitação deserta. Ocorre que a pesquisa de preços não encontrou uma diversidade muito grande de potenciais fornecedores (aqueles habitualmente interessados em contratações públicas) e, dentre estes, apenas uma empresa se enquadrava como de porte pequeno (TECHSCAN⁹), sendo outras duas de porte médio (DETRONIX¹⁰ e VMI¹¹). As três empresas têm sede fora do Distrito Federal, mas têm presença local, operando contratos em diversos órgãos públicos. Não foram encontrados fornecedores alternativos sediados em Brasília, de qualquer porte que seja. Assim, a aplicação do tratamento diferenciado deve considerar a realidade do mercado, de modo a não restringir indevidamente a competição, o que poderia frustrar o próprio certame e comprometer o interesse público

2.8.3.2. Esse cenário, por si só, já justifica a desvantagem prevista no inciso III, mas atrai ainda a dispensa autorizada no inciso II, quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Diante de um risco de macular o princípio da eficiência, o tratamento favorecido deve ceder quando inviabilizar o atendimento do interesse público primário. Assim, com a correta aplicação das dispensas do art. 49, este Termo de Referência se torna instrumento de concretização da vantajosidade e da viabilidade prática das contratações públicas.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria

3.1.1. A licitante deverá apresentar termo de vistoria ou declaração de dispensa de vistoria conforme os modelos disponibilizados no **Anexo III**, e consoante os procedimentos seguintes.

3.1.2. Com o objetivo de permitir a formulação mais precisa das propostas pelas licitantes, faculta-se às interessadas a realização de vistoria às instalações e dependências do Senado (especificamente para

⁹ <<https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/19743683000103-TECHSCAN-COMERCIO-DE-PRODUTOS-DE-TECNOLOGIA-LTDA>>. Acesso em 30/06/2025.

¹⁰ <<https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/07404500000138-DETRONIX-INDUSTRIA-ELETRONICA-LTDA>>. Acesso em 30/06/2025.

¹¹ <<https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/09043215000245-VMI-INDUSTRIA-COMERCIO-IMPORTACAO-E-EXPORTACAO-DE-MAQUINAS-INDUSTRIAS-LTDA>>. Acesso em 30/06/2025.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

a verificação do local de instalação e das condições de conservação dos equipamentos que vierem a ser objeto de manutenção), nos termos abaixo.

3.1.2.1. A vistoria prévia pelos licitantes interessados na prestação dos serviços é recomendável para garantir que as propostas apresentadas sejam compatíveis com a realidade dos locais de execução e com as necessidades técnicas do Senado Federal.

3.1.2.2. Os equipamentos encontram-se instalados em diferentes acessos da instituição, recomendando-se que a contratada conheça antecipadamente suas condições físicas, a infraestrutura disponível, as restrições de acesso e as eventuais particularidades que possam impactar a execução dos serviços.

3.1.2.3. Esta concessão possibilita que os licitantes avaliem *in loco* a complexidade dos serviços e precifiquem corretamente suas propostas, reduzindo riscos de propostas superdimensionadas ou inexequíveis. Também assegura que os participantes tenham plena ciência dos desafios operacionais e técnicos envolvidos, prevenindo alegações futuras de desconhecimento das condições do local, bem como paralisações ou falhas na prestação dos serviços.

3.1.2.4. Assim, a facultatividade da vistoria permite que os licitantes interessados façam uma avaliação precisa das condições contratuais, garantindo a competitividade e a transparência do certame, além de contribuir para a seleção de uma empresa tecnicamente qualificada para a execução dos serviços com eficiência e segurança.

3.1.3. É facultado à licitante interessada em participar do Pregão decorrente deste TR, mediante prévio agendamento junto ao Serviço de Projetos e Estratégicos (SEPROJE) do Senado Federal, realizar





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

vistoria técnica, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil, contado da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

3.1.4. A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta-feira, nos horários das 9h00 às 17h00, pelo telefone (61) 3303-2175, ou pelo e-mail seproje@senado.leg.br.

3.1.5. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.6. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer munido de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa, ou de procuração.

3.1.7. A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.8. Caso o vistoriador não atenda aos requisitos acima, não será executada a vistoria.

3.1.9. Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pelo Serviço de Projetos e Estratégicos (SEPROJE).

3.1.10. Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do edital.

3.1.11. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

3.2. Capacidade Técnica

3.2.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

3.2.2. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto é imprescindível a comprovação de experiência prévia pela licitante em manutenção de equipamentos como os que se encontram instalados no Senado Federal. Esses equipamentos possuem alta complexidade tecnológica e desempenham um papel crítico na segurança institucional, exigindo conhecimento técnico especializado para diagnóstico, manutenção preventiva e corretiva, configuração e substituição de componentes. A ausência de expertise pode comprometer a eficiência





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

dos serviços, resultando em falhas operacionais que impactam diretamente a segurança e o funcionamento regular da Casa. Mais especificamente, consoante o disposto no art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 8º, II, do Anexo III do ADG nº 14/2022, justificam-se as exigências de qualificação técnica como se segue:

3.2.2.1. A exigência de qualificação técnica das licitantes se fundamenta na necessidade de assegurar a contratação de empresa com domínio prático e conhecimento especializado na manutenção de equipamentos que integram o sistema institucional de segurança do Senado Federal. Os equipamentos de inspeção por raio X e os pórticos detectores de metal são dispositivos altamente sensíveis, que operam com tecnologias específicas e demandam atuação técnica precisa para prevenir falhas que possam comprometer a triagem de objetos perigosos e, por consequência, a integridade de autoridades, servidores e visitantes.

3.2.2.2. A prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para esse tipo de equipamento exige não apenas conhecimento genérico em eletroeletrônica, mas familiaridade com protocolos específicos de diagnóstico, calibração, substituição de peças e atualização de sistemas embarcados. Esses requisitos tornam indispensável a comprovação de experiência anterior por parte da licitante, sob pena de comprometer a efetividade contratual e gerar risco à continuidade operacional dos sistemas de segurança.

3.2.2.3. Ademais, a exigência de atestados técnicos que comprovem a execução de serviços similares e em volume proporcional ao objeto da licitação visa permitir que apenas empresas já testadas no mercado, com histórico consolidado de atendimento a contratos equivalentes, participem do certame. Trata-se, portanto, de um critério de habilitação diretamente vinculado à mitigação de riscos contratuais, ao zelo pelo interesse público e à garantia da adequada prestação dos serviços essenciais à segurança institucional da Casa Legislativa.

3.2.2.4. Portanto, deverá a licitante apresentar:

3.2.2.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 12 (doze) meses consecutivos, serviços de manutenção similares, em características e quantidades, ao objeto desta licitação.

a) Quanto às características, considera-se similar a execução dos serviços continuados de (não necessariamente com as exatas especificações de execução estabelecidas no **Anexo I** deste TR):

- a.1)** para o **grupo 1**, manutenção preventiva periódica e corretiva em um acervo de pelo menos 5 (cinco) equipamentos de inspeção de volumes/bagagens por raio X;
- a.2)** para o **grupo 2**, manutenção preventiva periódica e corretiva em um acervo de pelo menos 5 (cinco) portais detectores de metal;
- a.3)** para o **grupo 3**, manutenção preventiva periódica e corretiva em um acervo de pelo menos 1 (um) portal detector de metal.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

b) Para a comprovação do lapso temporal estabelecido no **subitem 3.2.2.4.1** (12 meses) será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes.

c) Caso seja necessário, e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

3.2.2.5. Conforme exige o art. 8º, §5º, do Anexo III do ADG nº 14/2022, a fundamentação da capacidade técnica se respalda nos seguintes elementos:

I – Indicação justificada das parcelas de maior relevância e valor significativo: Nos termos do art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021, identificam-se como parcelas de maior relevância aquelas que concentram o maior risco técnico e operacional do contrato, objetivamente se traduz num valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. No caso em tela, as atividades de manutenção preventiva periódica e corretiva dos equipamentos de inspeção por raio X (**Grupo 1**) e dos portais detectores de metal (**Grupos 2 e 3**), são claramente parcelas mais críticas. A relevância dos itens 1, 3 e 5 (todos de serviços de manutenção) se constata em face do caráter acessório do fornecimento de peças, eis porque as exigências das **alíneas a.1, a.2 e a.3** acima se delimitam à comprovação da experiência na prestação de serviços similares apenas aos itens de manutenção.

II – Justificativa para a fixação de padrões de desempenho mínimos (qualitativo e temporal): A exigência de que os serviços (continuados) tenham sido prestados por, no mínimo, 12 (doze) meses consecutivos se conforma ao limite trienal fixado nos termos do art. 67, §5º da Lei nº 14.133/2021 e visa comprovar que a empresa tem experiência não apenas pontual, mas contínua e homogênea, sendo capaz de gerir contratos de natureza continuada e lidar com demandas recorrentes e imprevistas. O critério temporal permite aferir a capacidade de manutenção da qualidade dos serviços ao longo do tempo, essencial para garantir a disponibilidade operacional dos equipamentos que, se inoperantes, podem comprometer as rotinas de controle e de segurança da Casa.

III – Justificativa para a fixação de quantitativos mínimos a serem comprovados: Os quantitativos mínimos (5 equipamentos de raio X para o **Grupo 1**, 5 portais para o **Grupo 2** e 1 portal para o **Grupo 3**) foram definidos de forma proporcional à complexidade e ao volume de equipamentos atualmente instalados no Senado Federal, abaixo do limite máximo de 50% fixado nos termos do art. 67, §2º da Lei nº 14.133/2021 (no caso do **Grupo 3**, foi exigido o mínimo possível, uma unidade). Tais quantitativos asseguram que a licitante detenha familiaridade prática com um conjunto representativo de equipamentos, suficiente para demonstrar habilidade de planejamento e execução de serviços e acervos maiores, bem como o domínio técnico das rotinas operacionais exigidas especialmente em caso de demandas simultâneas ou emergenciais.

IV – Justificativa para a vedação de somatório de atestados, se for o caso: No presente caso, não se veda o somatório de atestados, desde que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes. Essa





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

flexibilização busca permitir a ampla participação de licitantes que, ainda que não tenham contrato único com escopo total, demonstrem experiência compatível em diferentes contratos, desde que em períodos subsequentes e de forma contínua, respeitando a exigência de 12 meses. Isso preserva o rigor técnico, sem restringir indevidamente a competitividade.

3.2.3. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em **lei especial** que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.3. Qualificação econômico-financeira

3.3.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.3.2. Apenas para os interessados nos **Grupos 1 e 2**, balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

a.2.2) Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

a.2.3) Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

3.3.3. As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato,





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei 14.133/2021.

3.4. Necessidade de apresentação de amostras

3.4.1. O procedimento de apresentação de amostras por parte da licitante vencedora não se aplica ao objeto desta contratação.

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de contrato, tendo em vista que o valor estimado da contratação é superior ao limite previsto para se dispensar licitação e a contratação objetiva a prestação de serviços continuados, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/21.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1.1. A caracterização do serviço objeto deste TR como sendo de prestação continuada se deve ao envolvimento de atividades essenciais à segurança institucional do Senado Federal, exigindo prestação habitual e ininterrupta para garantir sua plena efetividade.

4.2.1.2. A essencialidade do serviço decorre do fato de que esses equipamentos são fundamentais para o controle de acesso às dependências do Senado, assegurando a detecção de materiais proibidos e a inspeção de volumes, prevenindo riscos à integridade física de parlamentares, servidores e visitantes. A manutenção periódica e corretiva desses aparelhos é indispensável para garantir seu funcionamento adequado, evitando falhas que possam comprometer a segurança e a fluidez do acesso.

4.2.1.3. A habitualidade do serviço se manifesta na necessidade de inspeções regulares, reconfiguração de sistemas, substituição de peças e reparos eventuais, uma vez que a exposição contínua dos equipamentos a altos fluxos de pessoas e bagagens, especialmente nos equipamentos que contam com partes móveis, como os escâneres de raio X, gera desgaste natural, tornando imprescindível a contínua disponibilidade de manutenção.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

4.2.2. Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

4.2.3. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. Indica-se, conforme determina o art. 10, I, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14 de 2022, como Gestor da Avença, o servidor Igor de Vargas Lopes, matrícula 257361, e como Gestor Substituto, o titular do Serviço de Projetos Estratégicos (SEPROJE).

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e o fornecedor beneficiário dar-se-á pelo endereço eletrônico seproje@senado.leg.br.

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. A Contratada iniciará a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, compreendendo o planejamento de manutenções preventivas (com a elaboração de um Cronograma de Manutenções)





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

e a disponibilização do serviço de manutenção corretiva sob demanda, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do contrato.

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

7.1.4. manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

7.1.5. manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário.

7.1.6. responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.7. não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.8. não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;

7.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.

7.3. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

8. Regime de execução

8.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser prestados Complexo Arquitetônico do Senado Federal, situado na Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.165-900, preferencialmente em horário comercial, de 9h00 às 18h00.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

8.2. A contratada deverá apresentar ao gestor, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, um Cronograma de Manutenções (com a individualização dos equipamentos a serem submetidos aos serviços), no qual constarão as datas para as visitas de manutenção preventiva periódica, bem como o canal disponibilizado para o atendimento de chamados para manutenção corretiva.

8.2.1. O Cronograma de Manutenções deverá ser aprovado pelo gestor, que poderá sugerir ajustes para que os serviços não interfiram nas atividades de segurança desenvolvidas pela Secretaria de Polícia.

8.3. As manutenções preventivas, abrangendo a verificação completa dos equipamentos, conforme preconizado pela fabricante, nos termos do detalhamento constante no **Anexo I**, deverão ser realizadas:

8.3.1. Para o **Grupo 1**: trimestralmente, em ao menos 4 (quatro) atendimentos por equipamento ao longo da vigência anual do contrato.

8.3.2. Para os **Grupos 2 e 3**: anualmente, em ao menos 1 (um) atendimento por equipamento ao longo da vigência anual do contrato.

8.4. Para o **Grupo 1**, a contratada deverá incluir no Cronograma de Manutenções a emissão de um laudo radiométrico, para atestar a segurança radiológica de todos os equipamentos instalados.

8.4.1. No caso de prorrogações sucessivas do contrato, um novo laudo deverá ser emitido com intervalo máximo de 3 (três) anos da emissão do anterior.

8.4.2. Um novo laudo também será exigível quando realizada a troca ou o reparo de partes/peças que diretamente influenciem na geração de raios X ou na proteção radiológica, como, por exemplo, o gerador de raios X e as cortinas de chumbo (plumbíferas).

8.5. O prazo de garantia dos serviços de manutenção preventiva é de 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento definitivo do objeto, e qualquer defeito apresentado pelos equipamentos neste período que devesse ter sido prevenido ou sanado durante a manutenção programada deverá ser corrigido pela contratada, sem ônus adicional para o Senado Federal, salvo custo com eventual substituição de peças.

8.6. Todos os insumos e ferramentas necessárias para executar os serviços presenciais de manutenção são de responsabilidade da contratada, incluindo o fornecimento de materiais de consumo frequente: produtos químicos, tais como produtos de limpeza, solventes e lubrificantes; fusíveis; lâmpadas; conectores, plugues e tomadas elétricas; cabos e chicotes de conexão ou alimentação elétrica; filtros em geral; botões.

8.7. Considera-se manutenção corretiva a série de procedimentos visando ao reparo dos aparelhos fora de funcionamento em decorrência de “falha inevitável” de seus componentes, seja por conserto, seja





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

por substituição de peças, incluindo todas as intervenções necessárias para o retorno dos sistemas às normais condições de uso, como reinstalação e reconfiguração.

8.7.1. Considera-se inevitável a falha cuja detecção não seja possível por meio das manutenções preventivas.

8.8. As manutenções corretivas serão solicitadas pelo gestor sempre que necessário, mediante Ordem de Serviço (OS), indicando-se detalhadamente local do serviço, prazo de atendimento, descrição do problema detectado e todas as informações que se fizerem pertinentes.

8.8.1. O prazo para atendimento realizado de forma remota, via canal disponibilizado pela contratada, será de até 2 (duas) horas úteis, contadas da solicitação formulada pelo gestor.

8.8.2. O prazo para diagnóstico *in loco* de problemas apresentados pelos equipamentos será de até 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação formulada pelo gestor.

8.8.3. O prazo para correção *in loco* de problemas apresentados pelos equipamentos, ou de apresentação de relatório de danos, será de até 2 (dois) dias úteis a contar do primeiro atendimento de diagnóstico.

8.8.3.1. Em caso de necessidade de substituição de partes a serem encomendadas ou reparo de partes em período de tempo superior, a contratada apresentará para análise do gestor, em até 1 (um) dia útil após a conclusão da visita de diagnóstico, orçamento em moeda nacional com indicação do prazo de entrega das peças novas ou recondicionadas.

8.8.3.2. O prazo para correção ficará suspenso até o término do prazo de entrega da peça de reposição indicado no orçamento aprovado pelo gestor, acrescido de 2 (dois) dias úteis para instalação e testes, ou pelo prazo proposto pela contratada no relatório de danos para o reparo de partes acometidas de dano severo, mediante aprovação do gestor.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

8.9. Para a aprovação do orçamento, o gestor observará o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do equipamento, levando-se em conta a somatória de intervenções já realizadas nas máquinas durante a vigência anual.

8.9.1. O cálculo do valor limite para a execução do reparo com fornecimento de material é obtido pela aplicação do percentual de 25% sobre o valor da aquisição dos equipamentos corrigido pelo INPC acumulado¹² desde a assinatura do contrato de aquisição¹³.

8.9.2. Excluem-se desse limite, a critério do gestor, os componentes cujo grau de complexidade construtiva justifiquem um custo de aquisição mais elevado (proporcionalmente ao valor do equipamento), contidos nas tabelas dos itens **2.4** e **2.5** do **Anexo II**, nomeadamente:

- | | |
|----------------|--|
| • Subitem 2.6 | Computador industrial (cód. Nuctech 00032511) |
| • Subitem 2.19 | Placa de fotodiodos (cód. Nuctech 00024639) |
| • Subitem 2.28 | Tubo gerador de raios-X (cód. Nuctech 00013864N) |
| • Subitem 4.3 | Placa montado PMASD. V1.1 p. MettusHS+ |
| • Subitem 4.17 | Antena RX Mettus ASD/HS+ WP |
| • Subitem 4.18 | Antena TX Mettus ASD/HS+ WP |

8.10. O prazo de garantia dos serviços e das peças deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento definitivo do objeto.

8.10.1. As peças danificadas que venham a ser substituídas pela contratada deverão ser entregues ao gestor para que seja dada destinação adequada.

8.10.2. A contratada deverá dar destinação correta às peças que, por força de legislação específica, devam ser encaminhadas para descarte especial.

8.11. Caso seja necessário retirar os equipamentos das dependências do Senado Federal para execução de serviços de manutenção corretiva, a contratada deverá informar ao gestor, que providenciará autorização para a remoção.

8.12. Nos casos de remoção de equipamento para manutenção externa e de indisponibilidade de equipamento durante um prazo para entrega de peça de reposição superior a 5 (cinco) dias úteis, a

¹² Calculadora de "INPC acumulado" disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>>, acesso 20/01/2025.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

contratada deverá providenciar equipamento reserva em até 3 (três) dias úteis, conforme solicitação do gestor, a fim de assegurar a continuidade dos serviços de controle de acesso ao Senado Federal durante a manutenção do equipamento defeituoso.

8.12.1. O equipamento reserva deverá ser recolhido pela contratada assim que retornar o aparelho deslocado para manutenção externa, ou assim que cessar a indisponibilidade do equipamento defeituoso pela instalação da peça de reposição nova ou recondicionada.

8.12.2. As despesas decorrentes da retirada e da devolução dos equipamentos para manutenção são de responsabilidade da contratada, bem como o transporte dos aparelhos reserva.

8.13. O prazo para a prestação do serviço poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, com anuência expressa do gestor.

8.13.1. Para os fins dessa prorrogação, a contratada deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e a comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

8.14. O Relatório Técnico de execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva e as respectivas notas fiscais devem ser disponibilizados pela contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do final do mês referente à prestação dos serviços.

8.15. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis e conforme estabelecido pelo gestor, observando as condições pactuadas para a prestação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9. Condições de recebimento do objeto

9.1. Configurada a disponibilidade do serviço de manutenção corretiva ou efetivada a prestação de quaisquer serviços de manutenção (com ou sem fornecimento ou reparo de peças), será emitido, **mensalmente**, por servidor ou comissão designada para este fim, até o 5º dia útil subsequente ao

¹³ Exemplo: equipamento de raio X com valor de aquisição de R\$ 66.000,00 em contrato assinado em 03/11/2017, repercutindo em um índice acumulado até 12/2024 de 1,45123210 e resultando no valor máximo admissível com reparos durante a vigência anual de R\$ 23.945,33 (66000 x 1,45123210 x 0,25).





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

período de 30 (trinta) dias de serviços prestados, termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

10.1.1. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

10.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

10.2. Findo o prazo limite previsto no **item 10.1** sem adimplemento da obrigação, ou ultrapassado o limite máximo de ajuste no pagamento previsto no IMR, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, observando-se os critérios constantes naquele instrumento, podendo ainda o Senado, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela Contratada, quando for o caso, e impor outras sanções legais cabíveis.

10.3. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR

11.1. A Contratada deverá prestar os serviços definidos neste Termo de Referência, de acordo com os níveis de serviço especificados no **Anexo IV**, estando sujeita a glosas no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

12. Forma de pagamento

12.1. O pagamento efetuar-se-á mensalmente por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de aceite mensal e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

12.1.1. A remuneração dar-se-á na proporção do número de equipamentos incluídos no cronograma de manutenção, variando conforme a aquisição de novos aparelhos (hipótese de acréscimo) ou a baixa de equipamentos defeituosos (hipótese de supressão), sempre a critério do gestor.

12.1.2. O pacote de serviços efetuados ou disponibilizados para os equipamentos inclusos no cronograma de manutenção será remunerado mensalmente, na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor anual previsto para cada equipamento, mesmo que naquele mês não tenha sido efetuado concretamente algum serviço, já que se considera inerente à prestação continuada a mera disponibilidade do serviço de manutenção corretiva, mesmo que não acionado no período.

13. Condições de reajuste

13.1. O preço poderá ser reajustado no prazo de no mínimo 12 (doze) meses, a partir da data de celebração do ajuste.

13.2. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

14. Garantia contratual

14.1. Será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois a contratação pretendida não se encaixa em quaisquer das hipóteses previstas no § 2º, do art. 18, do Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022 e, portanto, será exigida a garantia contratual.

14.2. A garantia deverá ser prestada no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato decorrente deste TR.

14.2.1. O referido percentual se justifica com base na criticidade e na essencialidade do serviço. Os serviços contratados são fundamentais para a segurança institucional do Senado, pois envolvem a manutenção de equipamentos de controle de acesso e inspeção de bagagens, cuja falha pode comprometer a integridade física de parlamentares, servidores e visitantes. A garantia contratual reduz





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

os riscos operacionais, garantindo que eventuais descumprimentos possam ser sanados pelo acionamento da garantia, mitigando o prejuízo à segurança da Casa.

14.2.2. De outra forma, a exigência da garantia reforça o compromisso da contratada com o cumprimento dos prazos, a qualidade da execução e o atendimento às exigências contratuais, reduzindo o risco de descumprimento e incentivando a prestação eficiente dos serviços.

14.2.3. O percentual está dentro do limite previsto na Lei nº 14.133/2021 e se justifica pela relevância dos serviços e pelo potencial impacto da descontinuidade na segurança institucional. Trata-se de um percentual proporcional ao risco envolvido e compatível com as práticas administrativas.

15. Plano de contratações

15.1. A contratação do objeto especificado neste Termo de Referência está prevista no item 20250255 – “Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de inspeção de segurança” – do Plano de Contratação do Senado Federal para o ano de 2025, com prazo previsto para envio dos autos à SADCON até 31/03/2025.

15.2. O prazo original para o envio dos autos à SADCON não pode ser cumprido em razão de duas circunstâncias principais.

15.2.1. Houve redimensionamento do escopo para propor o atendimento da demanda por meio de um contrato de execução plena de todo o quantitativo previsto, e não mais sob demanda, o que levou o Órgão Técnico a revisitar o Estudo Técnico Preliminar, retificando-o, e a reformular os dispositivos do próprio Termo de Referência, que já estava adiantado.

15.2.2. Como decorrência, a pesquisa de preços que já se encontrava também adianta precisou ser totalmente refeita, considerando os novos quantitativos, mas também atualizando amostras de preços que já se encontravam fora dos prazos previstos.

16. Responsável pela elaboração do TR

(Assinado eletronicamente)

BRENO LEITE DE MATTOS E MENDES
Analista Legislativo - Administração

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

IGOR DE VARGAS LOPES
Gestor





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

ISABELA DO ROSÁRIO LISBOA MARTINS

Diretora da Secretaria de Polícia do Senado Federal – SPOL (em substituição)





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

ANEXO I

1. Especificações técnicas do objeto

1.1. Os itens deverão atender aos seguintes requisitos (as quantidades são estimadas, conforme cenário atualmente existente, composto por 13 equipamentos de raio X em operação, além de 19 portais detectores de metal da marca Detronix, e de um único aparelho Rapiscan, mantido em funcionamento em razão de suas peculiaridades dimensionais):

GRUPO 1 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INSPEÇÃO POR RAO X				
Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATSER
1	13	Unidade	Serviço continuado de manutenção preventiva (trimestral) e corretiva (sob demanda) para equipamentos de inspeção por raio X da marca Nuctech, modelo CX6040BI, incluindo a substituição, a instalação e a configuração de peças e componentes, com fornecimento de materiais de consumo frequente: produtos químicos, tais como produtos de limpeza, solventes e lubrificantes; fusíveis; lâmpadas; conectores, plugues e tomadas elétricas; cabos e chicotes de conexão ou alimentação elétrica; filtros em geral; botões.	5720
2	1	Unidade	Serviço de fornecimento com instalação ou reparo , sob demanda, de peças e componentes para a manutenção de equipamentos de inspeção por raio X da marca Nuctech, modelo CX6040BI.	5720





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

GRUPO 2 - MANUTENÇÃO DE PORTAIS DETECTORES DE METAL DA MARCA DETRONIX

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATSER
3	19	Unidade	Serviço continuado de manutenção preventiva (anual) e corretiva (sob demanda) para pórticos detectores de metal da marca Detronix, modelo MettusHS+.	15792
4	1	Unidade	Serviço de fornecimento com instalação ou reparo , sob demanda, de peças e componentes para a manutenção de pórticos detectores de metal da marca Detronix, modelo MettusHS+.	15792

GRUPO 3 - MANUTENÇÃO DE PORTAIS DETECTORES DE METAL DA MARCA RAPISCAN

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATSER
5	1	Unidade	Serviço continuado de manutenção preventiva (anual) e corretiva (sob demanda) para pórtico detector de metal da marca Rapiscan, modelo Metor 200.	15792
6	1	Unidade	Serviço de fornecimento com instalação ou reparo , sob demanda, de peças e componentes para a manutenção de pórtico detector de metal da marca Rapiscan, modelo Metor 200.	15792





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

1.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e as do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.3. Quanto aos **itens 1, 3 e 5**, que constituem serviços continuados, os quantitativos referem-se aos equipamentos a serem submetidos aos serviços de manutenção durante a vigência anual do contrato.

1.3.1. Os serviços preventivos referentes ao **item 1** abrangerão a verificação completa dos equipamentos, conforme preconizado pelo fabricante, considerando-se os requisitos mínimos:

1.3.1.1. Verificação da segurança dos equipamentos;

1.3.1.2. Verificação geral de seu funcionamento;

1.3.1.3. Verificação de eventuais avarias externas do equipamento e demais sistemas, como monitores, teclados, cabos, painéis laterais;

1.3.1.4. Verificação da conservação, do alinhamento das cortinas de proteção do túnel de inspeção e da distância da esteira transportadora;

1.3.1.5. Verificação dos ventiladores da unidade de processamento: fonte, processador e disco rígido;

1.3.1.6. Verificação e limpeza das barreiras de luzes e da esteira transportadora;

1.3.1.7. Limpeza geral do equipamento, incluindo a limpeza da tela do monitor com os produtos adequados;

1.3.1.8. Verificação e ajuste dos parâmetros de brilho e contraste da imagem para condição ótima de operação;

1.3.1.9. Lubrificação das partes mecânicas;

1.3.1.10. Inspeção da instalação elétrica;

1.3.1.11. Inspeção do aterramento instalado;

1.3.1.12. Verificação da tensão de alimentação ajustada com rede externa;

1.3.1.13. Inspeção da voltagem de saída do nobreak;

1.3.1.14. Inspeção e teste das botoeiras de emergência;

1.3.1.15. Inspeção e teste dos interruptores de intertravamento das carenagens do sistema;

1.3.1.16. Verificação de todos os elementos de controle: o estado mecânico dos elementos de controle;

1.3.1.17. Autoteste do Display;

1.3.1.18. Revisão e verificação de componentes eletrônicos;





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

1.3.1.19. Aferição, ajuste e calibração da unidade de controle de raios X, conforme manual técnico do fabricante;

1.3.1.20. Verificação, ajuste e teste de alinhamento do feixe de raios X, conforme especificações do fabricante;

1.3.1.21. Verificação da linha de sinal “scroll” dos módulos detectores;

1.3.1.22. Verificação de contadores: parâmetros de programação e o volume do arquivo IMS;

1.3.1.23. Verificação de operação de todas as funções do equipamento;

1.3.1.24. Atualização do software do equipamento, quando necessário;

1.3.1.25. Substituição de peças ou componentes desgastados ou defeituosos;

1.3.1.26. Reposição de etiquetas adesivas de instrução danificadas ou ausentes;

1.3.1.27. Testes finais de funcionamento para a liberação do equipamento.

1.3.2. Os serviços preventivos referentes aos **itens 3 e 5** abrangerão a verificação completa dos equipamentos, conforme preconizado pelo fabricante, considerando-se os requisitos mínimos:

1.3.2.1. Verificação de entradas de alimentação e de rede, de bases de fixação e de placas eletrônicas;

1.3.2.2. Verificação geral do funcionamento e da segurança do equipamento;

1.3.2.3. Limpeza geral interna e externa do equipamento com produtos adequados;

1.3.2.4. Inspeção geral da instalação elétrica;

1.3.2.5. Limpeza e verificação de barreiras de luzes, de antenas e de sensores de passagem;

1.3.2.6. Inspeção das carenagens;

1.3.2.7. Revisão e verificação de componentes eletrônicos;

1.3.2.8. Verificação de operação de todas as funções do equipamento;

1.3.2.9. Realização de calibragem e testes dos níveis de sensibilidade;

1.3.2.10. Atualização de software, quando necessário;

1.3.2.11. Substituição de peças ou de componentes desgastados ou defeituosos;

1.3.2.12. Demais itens previstos em manuais técnicos conforme recomendação do fabricante;

1.3.2.13. Testes finais de funcionamento para a liberação do equipamento.

1.4. Enfatiza-se que será adotado o critério de adjudicação “por grupo”, sendo os lances oferecidos para o conjunto de itens do grupo. A licitante deve considerar, porém, que os **itens 2, 4 e 6** já possuem valores pré-definidos, que devem ser os empregados em sua proposta inicial, e que não devem ser





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

ajustados na apresentação da proposta final, pois representam o valor limite a ser empregado, sob demanda, nos casos em que as manutenções eventualmente requeiram o fornecimento (com instalação) de partes ou peças sobressalentes, ou o reparo/recondicionamento das partes ou peças danificadas.

2. Critérios e práticas de sustentabilidade

2.1. Tendo em vista as condições de prestação do objeto do presente Termo de Referência, não é aplicável a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

ANEXO II

1. Valor estimado da contratação

GRUPO 1 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INSPEÇÃO POR RAIOS X					
Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Unidade	13	Serviço continuado de manutenção preventiva (trimestral) e corretiva (sob demanda) para equipamentos de inspeção por raio X da marca Nuctech, modelo CX6040BI.	17.280,00	224.640,00
2	Unidade	1	Serviço de fornecimento com instalação ou reparo, sob demanda, de peças e componentes para a manutenção de equipamentos de inspeção por raio X da marca Nuctech, modelo CX6040BI.	315.896,36	315.896,36
Valor total do Grupo nº 1 (R\$)				540.536,36	





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

GRUPO 2 - MANUTENÇÃO DE PORTAIS DETECTORES DE METAL DA MARCA DETRONIX

Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
3	Unidade	19	Serviço continuado de manutenção preventiva (anual) e corretiva (sob demanda) para pórticos detectores de metal da marca Detronix, modelo MettusHS+.	5.400,00	102.600,00
4	Unidade	1	Serviço de fornecimento com instalação ou reparo, sob demanda, de peças e componentes para a manutenção de pórticos detectores de metal da marca Detronix, modelo MettusHS+.	91.168,76	91.168,76
Valor total do Grupo nº 2 (R\$)				193.768,76	

GRUPO 3 - MANUTENÇÃO DE PORTAIS DETECTORES DE METAL DA MARCA RAPISCAN

Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
5	Unidade	1	Serviço continuado de manutenção preventiva (anual) e corretiva (sob demanda) para pórtico detector de metal da marca Rapiscan, modelo Metor 200.	5.400,00	5.400,00





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

GRUPO 3 - MANUTENÇÃO DE PORTAIS DETECTORES DE METAL DA MARCA RAPISCAN					
Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
6	Unidade	1	Serviço de fornecimento com instalação ou reparo, sob demanda, de peças e componentes para a manutenção de pórtico detector de metal da marca Rapiscan, modelo Metor 200.	9.736,85	9.736,85
Valor total do Grupo nº 3 (R\$)				15.136,85	
VALOR TOTAL ESTIMADO				749.441,97	

2. Subgrupos de serviços de fornecimento ou reparo de partes/peças

2.1. As prestações previstas nos **itens 2, 4 e 6** são compostas por diversos serviços de fornecimento com instalação ou reparo de partes/peças que vierem a ser necessários para a conservação dos equipamentos fora dos serviços de manutenção preventiva, e constituem relações pré-estipuladas com respectivos preços, que podem ser reajustados periodicamente por ocasião do reajustamento do contrato como um todo.

2.2. Não há limite de atendimento da demanda por determinada peça, desde que respeitado o limite referido no **item 8.9** do TR.

2.3. A lista de peças previstas para o **grupo 1** foi inicialmente elaborada com base na experiência de contratação anterior do Senado e da Câmara dos Deputados. Durante a execução do último contrato, observou-se a necessidade de previsão para baterias, nobreaks, divisor de vídeo e placa MCB, que não foram originalmente contemplados. Em consulta ao fabricante dos equipamentos, a Nuctech informou que a lista utilizada pela Casa estaria obsoleta e recomendou sua atualização. Assim, forneceu a nova nomenclatura para vários itens, os códigos de catalogação internos, e a correlação entre os itens da lista nova com os da antiga. Ainda, recomendou a exclusão de alguns itens por motivos de redundância, de inespecificidade (caso dos artigos de informática da chave de console) e de alegada inexistência de histórico de necessidade de substituição. Entretanto, o Órgão Técnico, em conjunto com o futuro gestor, avaliou que a presença de alguns itens não configura redundância, pois são partes de um





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

conjunto maior, por exemplo: o CPU é parte do computador industrial; o disco rígido é parte da unidade de comando e controle; e a tira plumbífera é parte da cortina plumbífera. Ora, é uma medida prudencial, que visa à economicidade, assegurar a possibilidade de fornecimento apenas do componente (da parte) danificado, sem a necessidade de substituição do todo. Quanto aos itens CPU, disco rígido, teclado de computador, memória, mouse, placa de vídeo e placa mãe, a fabricante informa tratarem-se de artigos de informática comum, não comercializados por ela. Não obstante, o Órgão Técnico avalia que a demanda persiste, e que a atividade de inspeção não pode enfrentar a vulnerabilidade de precisar ser interrompida pela falta de componentes simples de mercado. Ao mesmo tempo, fere o princípio do planejamento viabilizar uma contratação de manutenção que não seja abrangente o suficiente para fornecer componentes básicos, obrigando o gestor a adotar medidas de contingência fora do escopo do contrato. Assim, todos esses itens deverão ser preservados na lista de peças fornecimento e reparo. Por fim, a fabricante argumenta que o quadro de distribuição e a bateria não deveria constar na lista, pois não apresentam histórico de queimas/trocas. A experiência mostrou, pelo contrário, que há necessidade de troca periódica das baterias, ainda que em período superior à vigência original do contrato, convindo a preservação dos itens na lista para possível execução futura, durante as eventuais prorrogações (que podem chegar a até 10 anos).

2.4. Assim, segue a lista de materiais potencialmente destinados à manutenção dos equipamentos de raio X, combinando a relação recomendada pelo fabricante com as ponderações suscitadas pela experiência e pela conveniência técnica e administrativa.

Partes/peças previstas para fornecimento (com instalação) ou reparo, em atendimento do Item 2		
Subitem	Parte/peças	Valor Unitário (R\$)
2.1	Botão de emergência (túnel de inspeção) (cód. Nuctech 00025871)	416,00
2.2	Cabo de alimentação (cód. Nuctech 00006983)	381,06
2.3	Cabo de teclado (cód. Nuctech 00030459)	1.077,00
2.4	Capacitor de partida (cód. Nuctech 00001839)	442,50
2.5	Chave de intertravamento (cód. Nuctech 00030117)	73,00
2.6	Computador industrial (cód. Nuctech 00032511)	25.400,00
2.7	Contator DC (cód. Nuctech 00030207)	182,83





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Partes/peças previstas para fornecimento (com instalação) ou reparo, em atendimento do Item 2		
Subitem	Parte/peças	Valor Unitário (R\$)
2.8	Contator AC (cód. Nuctech 00003137)	183,90
2.9	Correia transportadora emborrachada (cód. Nuctech 00030401)	7.797,00
2.10	Cortina plumbífera (conjunto) (cód. Nuctech 00030399/00030400)	3.562,50
2.11	Divisor de vídeo (cód. Nuctech 00030810)	439,00
2.12	Filtro de fonte de alimentação (cód. Nuctech 00024469)	186,44
2.13	Fonte de alimentação – 24V/1,5A (cód. Nuctech BR1016068)	5.000,00
2.14	Fonte de alimentação – 24V/5,0A (cód. Nuctech BR1016069)	4.850,00
2.15	Inversor de frequência (cód. Nuctech 00024232)	8.000,00
2.16	Monitor LED 21,5’’ (cód. Nuctech BR100014)	2.150,00
2.17	Placa de aquisição de dados (cód. Nuctech 00037251)	22.298,50
2.18	Placa de controle principal – MCB (cód. Nuctech 00040410)	23.700,00
2.19	Placa de fotodiodos (cód. Nuctech 00024639)	24.925,50
2.20	Placa de luz indicadora (cód. Nuctech B0900086)	1.942,50
2.21	Relé (cód. Nuctech 00003411)	984,50
2.22	Roleta esticador (cód. Nuctech 00036697)	996,00
2.23	Roleta induzido (cód. Nuctech 00030456)	7.623,53
2.24	Roleta motorizado (cód. Nuctech 00033932/00026027)	23.850,00
2.25	Sensor de presença fotoelétrico (cód. Nuctech 00022719)	1.526,50





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Partes/peças previstas para fornecimento (com instalação) ou reparo, em atendimento do Item 2		
Subitem	Parte/peças	Valor Unitário (R\$)
2.26	Teclado de operação Nuctech (cód. Nuctech B0909002)	11.000,00
2.27	Transformador isolador (cód. Nuctech 00035193)	5.299,00
2.28	Tubo gerador de raios-X (cód. Nuctech 00013864N)	49.268,18
2.29	Ventilador 220VAC (cód. Nuctech 00024425)	245,00
2.30	UCC – unidade de comando e controle (cód. Nuctech BR400010)	12.125,00
2.31	Disjuntor (cód. Nuctech 00034162)	202,92
2.32	Nobreak (cód. Nuctech BR1016372)	3.445,00
2.33	CPU (artigo de informática)	8.700,00
2.34	Disco rígido (artigo de informática)	968,70
2.35	Teclado de computador (artigo de informática)	30,50
2.36	Memória (artigo de informática)	850,00
2.37	Mouse (artigo de informática)	70,00
2.38	Placa de vídeo (artigo de informática)	2.599,99
2.39	Placa Mãe (artigo de informática)	2.999,00
2.40	Tira para cortina plumbífera	200,00
2.41	Quadro de distribuição E04 – Módulo de potência	7.685,00
2.42	Bateria 12V 17Ah CSB para Nobreak	319,99

2.5. A lista de peças que subsidia o fornecimento do **grupo 2** foi obtida por assessoramento do próprio fabricante, Detronix, que assegura tratar-se de uma relação exaustiva. A relação de peças (e os próprios





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

preços) coincide com a apurada nas contratações recentes do Ministério Público de Goiás (contrato nº 61/2024) e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (contrato nº 28/2024).

Partes/peças previstas para fornecimento (com instalação) ou reparo, em atendimento do Item 4 , e do 6 por analogia.		
Subitem	Parte/peças	Valor Unitário (R\$)
4.1	Cabo montado baterias nobreak portais	35,20
4.2	Placa montado PNOB-V3.0 p/ Nobreak Portais	107,80
4.3	Placa montado PMASD. V1.1 p. Mettushs+	10.796,50
4.4	Fonte chaveada PD 50 W 27 V 2.2	968,00
4.5	Bateria Selada 12V	344,25
4.6	Cabo chicote DETR43 antena ASD/HS+	288,20
4.7	PP-Painel Montado Mettushs+	2.178,00
4.8	Placa montado PIHM V1.1 Mettushs+/ASD	1.848,00
4.9	Adesivo policarbonato frontal Mettushs+	126,50
4.10	Chave montada painel	103,40
4.11	Cabo chicote DETR44 painel	71,50
4.12	Placa montado PCPASS-V2. 1 Mod.TX Contador branca	81,40
4.13	Placa montado PCPASS-V2. 1 Mod.TXM Contador branca	215,60
4.14	Placa montado PCPASS-V2. 1 Mod.RX Contador branca	260,70
4.15	Placa montado PCPASS-V2. 1 Mod.RXM Contador branca	126,50
4.16	PP-Acessório Kit fixação parafuso portais	90,20
4.17	Antena RX Mettushs ASD/HS+ WP	6.776,00





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Partes/peças previstas para fornecimento (com instalação) ou reparo, em atendimento do Item 4 , e do 6 por analogia.		
Subitem	Parte/peças	Valor Unitário (R\$)
4.18	Antena TX Mettus ASD/HS+ WP	8.591,00
4.19	Base plástica ABS superior ASD/HS+ Cinza	71,50
4.20	Base plástica ABS inferior ASD/HS+ Cinza	305,80
4.21	Perfil PVC rígido coextrusado MettusHS+ Cinza	313,50
4.22	Cabo chicote DETR48 barra LED	63,80
4.23	Placa montado PLBARC-V3. 1 ASD/HS+ Led Bargraph	217,80
4.24	Placa montado PLBARS-V3. 1 ASD/HS+ todas zonas	1.008,70
4.25	Placa montado PLBARS-V3. 1 Status	316,80

2.6. Como o equipamento objeto do **grupo 3** é bastante antigo e não possui mercado de peças originais no Brasil (o próprio fabricante deixou o País em 2020), e como não há histórico de demanda na Casa por partes/peças de reposição ou recondicionadas destinadas a esse equipamento, não é possível antecipar exaustivamente todos os componentes que podem falhar e vir a demandar correção mediante fornecimento ou reparo de peça. Assim, os componentes eventualmente demandados para esse equipamento serão adquiridos mediante acionamento do **item 6**, com preços unitários a serem aprovados pelo Gestor com base na analogia ou similaridade com relação aos subitens do **item 4**, ou, caso não seja constatada analogia ou similaridade, com base em comprovação de razoabilidade e regularidade de preços na época do orçamento.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

3. Pesquisa de preços

3.1. Para a estimativa dos preços, foram consultadas 18 (dezoito) empresas atuantes no mercado de fornecimento e manutenção de equipamentos de inspeção de volumes por raio X e de portais detectores de metal e relativamente assíduas em processos de contratação pública.

- 19.892.624/0002-70 NUCTECH DO BRASIL LTDA
- 06.083.148/0001-13 TECHSCAN IMPORTADORA E SERVICOS EIRELI
- 11.192.771/0001-44 DETECSUL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
- 09.054.830/0001-76 SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANCA LTDA
- 37.894.624/0001-00 RADD COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA
- 16.572.376/0001-00 EBSX2 COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
- 94.260.742/0001-08 MAGNETEC INDUSTRIA ELETROELETRONICA EIRELI
- 02.435.614/0001-21 SANTANA SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA
- 10.669.788/0001-87 ONIX TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA
- 05.293.074/0001-87 VMI SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA
- 07.404.500/0001-38 DETRONIX INDUSTRIA ELETRONICA LTDA
- 26.308.513/0001-58 AEROTECH DO BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA
- 24.107.333/0001-82 KRAFTONE BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS
- 09.314.201/0001-38 RAGGI-X MANUTENCAO EM EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LTDA
- 32.739.086/0001-65 TECX-USOL ELETROELETRONICA EIRELI
- 07.094.841/0001-54 SDM - SISTEMAS DE DETECTORES DE METAIS LTDA
- 21.694.866/0001-10 SOLUÇÃO SERVICE





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

- 00.358.835/0001-18 INSETEC DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

3.2. Destas, apenas as 2 (duas) primeiras demonstraram interesse em participar desta etapa do processo licitatório, vindo a apresentar preços para os itens de serviços de manutenção, bem como para os itens de fornecimento de peças, a Nuctech e a Techscan. A VMI, importante fabricante nacional, informou que não dispõe das peças originais dos equipamentos fornecidos por outros fabricantes, optando por não apresentar proposta, mesmo sendo esclarecida sobre a possibilidade de reparo/recondicionamento de componentes em vez de substituição.

3.3. Na pesquisa, foram considerados os preços praticados pelo próprio Senado Federal para o mesmo objeto (ainda que com dimensionamento e regime de execução ligeiramente diferentes), no âmbito de contrato recentemente extinto (Contrato nº 32/2020).

3.4. Foram encontrados também preços públicos em pregões e contratos de órgãos diversos. A principal fonte de pesquisa de preços públicos foi a ferramenta Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br/>), que concede acesso aos bancos de dados do PAINEL DE PREÇOS e do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.5. Os **itens 1, 3 e 5** são de contratação relativamente frequente pelo Poder Público, de modo que se podem encontrar amostras relevantes de preços para serviços similares em diversos órgãos. Ressalta-se que os preços considerados para o **item 3** foram usados na estimativa de preços do **item 5** também, indistintamente, dada a similitude do objeto destes itens e à inexistência de fornecedor especializado no modelo do **item 5**. Entre preços públicos e cotações privadas, obtiveram-se 5 amostras de preços para cada um destes itens (**1, 3 e 5**), com coeficientes de correlação de 32, 46 e 46%, respectivamente. No entanto, há razões práticas e técnicas que justificam a aceitabilidade desse índice, conforme se detalha a seguir:

3.5.1. Diferenças na composição dos serviços: Os preços coletados podem refletir escopos de serviço distintos, como inclusão ou não de fornecimento de peças, tipos de manutenção (preventiva e corretiva), vigência contratual, periodicidade de visitas técnicas e tempo de resposta.

3.5.2. Ausência de padronização técnica no mercado: O setor de manutenção de equipamentos de inspeção (raio X e portais detectores) não possui estrutura de preços consolidada ou regulada, o que acarreta ampla liberdade de formação de preços por parte dos prestadores, influenciando diretamente a dispersão dos valores.

3.5.3. Número reduzido de fornecedores especializados: A manutenção desses equipamentos envolve tecnologia sensível e, muitas vezes, restrita a empresas com capacitação específica (por exemplo, das 18 empresas consultadas, apenas 2 responderam com interesse e capacidade para a prestação do





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

objeto). A escassez de fornecedores no mercado nacional contribui para a formação de preços mais díspares.

3.5.4. Condições contratuais e logísticas: Os preços também variam conforme condições como prazo contratual, local de execução dos serviços, cláusulas de garantias, atendimento emergencial e penalidades. Essas variáveis influenciam significativamente o valor final, ainda que para o mesmo tipo de equipamento.

3.5.5. Justificativa técnica da aceitabilidade: Diante da singularidade técnica do objeto e da complexidade do mercado de manutenção especializada, admite-se, com base no princípio da razoabilidade, que coeficientes de variação superiores a 25% não invalidam inexoravelmente a amostragem, desde que os preços estejam compatíveis com as condições e exigências da contratação.

3.5.6. Portanto, o coeficiente de variação superior a 25% é aceitável no presente caso, por refletir a realidade de um mercado técnico, restrito e pouco padronizado, sendo admissível a ponderação dos dados quantitativos com critérios qualitativos, visando subsidiar a estimativa de preços de referência.

3.6. Nos casos dos **itens 2, 4 e 6**, o valor estimado corresponde a uma reserva de valor destinada ao fornecimento e ao reparo de partes/peças, para execução sob demanda, com base em preços unitários previamente determinados, cujo montante máximo é definido em 25% (vinte e cinco por cento) do valor da última aquisição dos equipamentos corrigido pelo INPC acumulado¹⁴ desde a assinatura do contrato até dado momento na instrução processual (especificamente em fevereiro de 2025).

3.6.1. Item 2: Considera-se o total de 13 equipamentos de raio X, com valor de aquisição de R\$ 66.000,00 em contrato assinado em 03/11/2017, repercutindo em um índice acumulado até 02/2025 de 1,4727103 e resultando no valor montante estimado de até R\$ 315.896,36 ($66000 \times 1,4727103 \times 13 \times 0,25$).

3.6.2. Item 4: Considera-se o total de 19 pórticos detectores da Detronix, com valor de aquisição de R\$ 11.795,00 em contrato assinado em 12/11/2015, repercutindo em um índice acumulado até 02/2025 de 1,6272508 e resultando no valor montante estimado de até R\$ 91.168,76 ($11795 \times 1,6272508 \times 19 \times 0,25$).

3.6.3. Item 6: Considera-se a quantidade de 1 pórtico detector da Rapiscan, modelo Metor 200, com valor de aquisição de R\$ 13.766,91 em contrato assinado em 09/06/2006 (Contrato nº 61/2006,

¹⁴ Calculadora de "INPC acumulado" disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>>, acesso 20/01/2025.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Polícia do Senado Federal

processo 00200.018270/2001-18), repercutindo em um índice acumulado até 02/2025 de 2,8290581 e resultando no valor montante estimado de até R\$ 9.736,85 (13.766,91 x 2,8290581 x 1 x 0,25).

3.6.4. A lista de peças sujeitas a fornecimento ou reparo é apresentada em formulário à parte, juntamente com amostragem de preços. Obtiveram-se 2 propostas de preços para os fornecimentos inerentes ao item 2 (sendo uma da fabricante Nuctech e outra de uma bem reputada prestadora de serviços, a Techscan). Para os componentes dos itens 4 e 6, apenas a Techscan apresentou proposta (a fabricante Detronix recusou-se a colaborar sob o argumento de que a contratação deveria ocorrer por inexigibilidade de licitação). Além dessas amostras de preços particulares, outras amostras de fontes públicas foram encontradas para outros artigos daquela lista, mas não para todos, já que muitos deles se revestem de um nível de especificidade tão grande que a sua aquisição por órgãos públicos, dentro de um intervalo de tempo razoável para a validade do preço, pode ser considerada bastante rara ou improvável. Neste sentido, em muitas ocasiões foram aproveitados preços compatíveis para artigos similares.

3.6.5. De modo geral, a pesquisa para a estimativa dos preços dos artigos de fornecimento ou reparo revelou coeficientes de variação muito elevados. Não se vê proveito em justificá-los um por um, já que todos compartilham dos mesmos fatores determinantes para a elevada dispersão de preços. Ora, a elevada dispersão de preços verificada para o fornecimento ou reparo de peças dos equipamentos de inspeção por raio X e portais detectores de metal decorre, em grande medida, de fatores estruturais e técnicos do mercado. Inicialmente, destaca-se a limitação do número de fornecedores efetivamente capacitados a operar com tais componentes, o que se verifica pela baixa taxa de retorno às consultas técnicas e aos pedidos de proposta de fornecimento às empresas do segmento. Esse contexto reduz significativamente a competitividade e a uniformidade de preços praticados.

3.6.6. Ademais, muitas das amostras de preços foram admitidas por similaridade, o que, embora metodologicamente aceitável para fins de estimativa, introduz margens de variação associadas à natureza análoga e não idêntica dos itens. Soma-se a isso o fato de que os potenciais fornecedores adotam interpretações distintas quanto à criticidade e à função estratégica de cada componente, o que repercute diretamente na precificação. Com isso, justifica-se significativa oscilação entre os valores propostos para peças com finalidade similar.

3.6.7. Diante da impossibilidade de se obter, para todos os subitens, ao menos três cotações — incluindo pelo menos uma de fonte pública — os preços praticados pelos dois principais fornecedores





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

de referência no mercado nacional, Nuctech e Techscan, foram considerados como base sólida de estimativa. A esses parâmetros somam-se:

- O Contrato nº 156/2023 da Câmara dos Deputados, vigente até 20/08/2025, que contempla 29 dos 42 subitens relativos aos equipamentos de raio X;
- O Contrato nº 061/2024 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás e o Contrato nº 0038/2024 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que abrangem os 25 subitens relativos aos portais detectores, com identidade de especificações;
- Amostras adicionais obtidas em contratações públicas correlatas, com base em peças similares.

3.7. O Órgão Técnico, ciente da vulnerabilidade associada aos elevados coeficientes de variação observados, adere ao normativo vigente ao utilizar, como medida de contenção estatística, a mediana dos preços coletados para cada subitem. O uso da mediana, por sua natureza resistente a valores extremos, permite mitigar distorções provocadas por amostras atípicas, assegurando uma estimativa razoável da ordem de grandeza dos custos envolvidos. Essa metodologia, mesmo nos raros casos em que não foi possível coletar uma terceira amostra (ainda que por similaridade), mostrou-se tecnicamente adequada à realidade mercadológica enfrentada, conferindo segurança à estimativa de preços e equilíbrio à futura contratação.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

ANEXO III

FACULDADE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIAS

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que a empresa **[Identificação da licitante]**, por intermédio do(a) Sr(a) **[Identificação do Representante da Empresa]**, portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]** e RG nº **[Número do RG]**, vistoriou os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em questão.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante do Senado Federal)

(Matrícula nº: _____)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que eu, **[Nome completo do Responsável Técnico ou Representante da Empresa]**, **[Profissão]**, portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]**, responsável técnico ou representante da empresa **[Nome da Empresa Licitante]**, estabelecida no(a) **[Endereço constante dos documentos de constituição da empresa]**, não considero necessário vistoriar o local, pois as informações constantes do Edital da licitação são suficientes para avaliar as condições e o grau de dificuldade para a plena execução do serviço.

Local e data

Assinatura

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)

(CPF nº: _____)





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

ANEXO IV

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

- A** Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.
- B** Caso haja violação de mais de um indicador, os percentuais calculados serão somados até o limite máximo para as glosas estabelecido em 45% (quarenta e cinco por cento) do valor da fatura mensal.
- C** Os indicadores a seguir definem os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR.

Indicador	
Nº 1 - Apresentar Cronograma de Manutenções Preventivas ao gestor	
Item	Descrição
Finalidade	Prover o gestor com informações necessárias para fiscalização do contrato
Meta a cumprir	Cronograma apresentado em até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por correio eletrônico (e-mail) pelo gestor do contrato.
Periodicidade	Anual, no início da vigência do contrato e a cada prorrogação anual.
Mecanismo de cálculo	Cada dia de atraso na apresentação do cronograma acrescentará três pontos percentuais à glosa no pagamento. $\text{Nº de dias de atraso} \times 3\% = \text{Percentual total de glosa.}$
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	3% (três por cento) por dia corrido de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 45 % (quarenta e cinco por cento) da base de cálculo do indicador definida neste IMR, será aplicada a multa específica prevista no item 10 deste TR.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Observações	Nenhuma.
Indicador	
Nº 2 - Realização das manutenções preventivas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir condições adequadas de continuidade de uso dos equipamentos.
Meta a cumprir	Cumprimento do exato Cronograma de Manutenções aceito pelo gestor.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por agenda eletrônica (Outlook) pelo gestor do contrato.
Periodicidade	Trimestral, para o grupo 1 , e anual para os grupos 2 e 3 .
Mecanismo de cálculo	Cada dia de atraso na execução do cronograma acrescentará três pontos percentuais à glosa no pagamento. N° de dias de atraso X 3% = Percentual total de glosa.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	3% (três por cento) por dia corrido de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 45 % (quarenta e cinco por cento) da base de cálculo do indicador definida neste IMR, será aplicada a multa específica prevista no item 10 deste TR.
Observações	Nenhuma.
Indicador	
Nº 3 - Atendimento remoto sob demanda do gestor do contrato, nos horários e dias previstos no Termo de Referência	
Item	Descrição





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Finalidade	Garantir atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	Resposta/atendimento em até 2 (duas) horas úteis a partir do contato por telefone ou por mensagem eletrônica.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por correio eletrônico (e-mail) pelo gestor do contrato, ou por registro de chamadas telefônicas efetuadas e recebidas.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Cada hora de atraso no atendimento remoto acrescentará meio ponto percentual à glosa no pagamento. $N^{\circ} \text{ de horas de atraso} \times 0,5\% = \text{Percentual total de glosa.}$
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	0,5% (meio por cento) a cada hora de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 72 (setenta e duas) horas.
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 36 % (trinta e seis por cento) da base de cálculo do indicador definida neste IMR, será aplicada a multa específica prevista no item 10 deste TR.
Observações	Nenhuma.
Indicador	
Nº 4 - Atendimento de diagnóstico <i>in loco</i> sob demanda do gestor do contrato, nos horários e dias previstos no Termo de Referência	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	Atendimento presencial em até 2 (dois) dias úteis a partir do contato por telefone ou por mensagem eletrônica.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por correio eletrônico (e-mail) pelo gestor do contrato, ou por registro de chamadas telefônicas efetuadas e recebidas.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Cada dia de atraso no atendimento presencial acrescentará três pontos percentuais à glosa no pagamento. N° de dias de atraso X 3% = Percentual total de glosa.
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	3% (três por cento) por dia corrido de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias.
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 45 % (quarenta e cinco por cento) da base de cálculo do indicador definida neste IMR, será aplicada a multa específica prevista no item 10 deste TR.
Observações	Nenhuma.
Indicador	
Nº 5 - Atendimento de correção <i>in loco</i> sob demanda do gestor do contrato, nos horários e dias previstos no Termo de Referência	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	Correção do defeito e apresentação de relatório técnico, verificação de impossibilidade de correção imediata, informada mediante relatório de danos, em até 2 (dois) dias úteis a partir do início do atendimento de diagnóstico (caso não seja necessária a substituição de partes, hipótese de suspensão do prazo).
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por correio eletrônico (e-mail) pelo gestor do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Cada dia de atraso na correção do defeito ou na apresentação de relatório acrescentará três pontos percentuais à glosa no pagamento. N° de dias de atraso X 3% = Percentual total de glosa.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Início de Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	3% (três por cento) por dia corrido de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias.
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 45 % (quarenta e cinco por cento) da base de cálculo do indicador definida neste IMR, será aplicada a multa específica prevista no item 10 deste TR.
Observações	Nenhuma.
Indicador	
Nº 6 - Apresentação de orçamento quando necessária a substituição ou o conserto de partes	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir atendimento célere às demandas do órgão.
Meta a cumprir	Apresentação de orçamento em até 1 (um) dia útil, a partir do fim do prazo do atendimento que constatou a impossibilidade de correção imediata.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por correio eletrônico (e-mail) pelo gestor do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Cada hora de atraso na apresentação do orçamento acrescentará meio ponto percentual à glosa no pagamento. $\text{Nº de horas de atraso} \times 0,5\% = \text{Percentual total de glosa.}$
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	0,5% (meio por cento) a cada hora de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 72 (setenta e duas) horas.
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 36 % (trinta e seis por cento) da base de cálculo do indicador definida neste IMR, será aplicada a multa específica prevista no item 10 deste TR.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia do Senado Federal

Observações	Nenhuma.
Indicador	
Nº 7 - Apresentação dos Relatórios Técnicos de execução dos serviços	
Item	Descrição
Finalidade	Apresentar informações suficientes à gestão contratual para comprovar a execução dos serviços e viabilizar o pagamento devido.
Meta a cumprir	Apresentação do relatório em até 5 (cinco) dias úteis a contar do término do mês referente aos serviços prestados.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante controle por correio eletrônico (e-mail) pelo gestor do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Cada dia de atraso na apresentação do relatório acrescentará um ponto percentual à glosa no pagamento. $\text{Nº de dias de atraso} \times 1\% = \text{Percentual total de glosa.}$
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	1% (um por cento) por dia corrido de atraso, calculado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias.
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 15 % (quinze por cento) da base de cálculo do indicador definida neste IMR, será aplicada a multa específica prevista no item 10 deste TR.
Observações	Nenhuma.

